

Descrições portuguesas das línguas de Timor-Leste na transição dos sécs. XIX e XX¹

HUGO C. CARDOSO

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

Resumo

Na segunda metade do século XIX, em resposta a um crescente interesse académico pelos povos e línguas do mundo mas também a um projecto de dominar as línguas das colónias europeias para fins de administração e missionação, começam a surgir as primeiras descrições de línguas de Timor-Leste, à data colónia portuguesa. Este estudo reconstitui a sequência de gramáticas, dicionários e obras didácticas produzidos em língua portuguesa, entre essa altura e a ocupação japonesa no contexto da Segunda Guerra Mundial, apresentando os seus autores (principalmente missionários mas também outros agentes coloniais) e analisando o contexto, motivação e metodologia da sua produção. Aborda ainda as dinâmicas de colaboração ou competição que é possível entrever nestas obras de natureza linguística e noutros documentos complementares, nos quais se percebem a dimensão e constrangimentos da polinização entre as diversas fontes, e ainda o impacto da sua publicação no processo de (re)conhecimento da diversidade linguística do território timorense.

Palavras-chave: Timor-Leste; Documentação linguística; Descrição linguística; Linguística missionária; Linguística colonial.

1. Introdução

A expansão portuguesa foi desde cedo acompanhada por esforços significativos de descrição linguística, os quais, nalguns casos, nos fornecem os primeiros registos conhecidos de certas línguas. Numa primeira fase, esse trabalho foi desenvolvido por missionários que o viam como instrumento para a expansão da religião católica em África, nas Américas e na Ásia-Pacífico (para uma síntese, veja-se Zwartjes 2001). Tendo em conta que os primeiros destes trabalhos datam do séc. XVI, a porção de Timor sob jurisdição portuguesa parece ter sido ignorada durante muito tempo. Com efeito, é necessário esperar até 1886 para que seja publicada a primeira obra dedicada

¹ Este trabalho foi apoiado financeiramente pela *Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, através do contrato *Investigador FCT* (IF/01009/2012), e resulta da minha participação no projecto ‘As ciências da classificação antropológica em Timor Português (1894-1975)’, desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ref. HC/0089/2009). Agradeço ao seu coordenador, Ricardo Roque, pelo encorajamento e as numerosas informações que partilhou ao longo do processo, bem como a dois avaliadores anónimos pelas suas sugestões. Quaisquer eventuais erros e omissões são da minha única responsabilidade.

à descrição de uma língua timorense (a saber, o tétum), às quais se seguirão, em rápida sucessão, várias outras.

Como veremos, essa obra inaugural foi composta – como anteriormente o foram tantas outras – por um missionário com o intuito explícito de apoiar a expansão e consolidação da fé católica. Contudo, a viragem do séc. XIX para o séc. XX foi também, na academia portuguesa bem como na ocidental em geral, um período de renovação do interesse filológico pela diversidade cultural – e, conseqüentemente, linguística – do mundo. A publicação de corpora e estudos linguísticos ganha impulso com a criação de instituições e de revistas dedicadas aos estudos académicos, e assenta não apenas no esforço de filólogos profissionais mas também no de diletantes interessados na matéria. Outra ideia que ganha força neste período é a de uma abordagem “científica” da colonização, assente na produção de conhecimento acerca dos territórios e em práticas eficazes de organização social e territorial. O conhecimento das línguas das colónias articula-se com esta postura na medida em que, por exemplo, tal facilitaria a gestão colonial e auxiliaria a alfabetização da população.

As primeiras gramáticas e dicionários de línguas timorenses, compostos por autores de variada formação académica e com diversas motivações, inserem-se assim num contexto mais vasto de produção filológica. Nalguns casos, revelam mesmo com clareza a sua filiação no seio deste esforço nascente de documentação e catalogação linguísticas. Neste artigo, descreveremos aquela que pode ser considerada a primeira fase da exploração filológica e linguística de Timor Português por agentes portugueses, balizada pela publicação do primeiro dicionário de uma língua timorense (1886) e a ocupação japonesa no contexto da segunda guerra mundial (1942), um evento que representa, a vários níveis, um momento de ruptura em Timor.

É de salientar que, neste trabalho, ignoramos as fontes que se referem ao português de Timor ou ao crioulo de base portuguesa de Timor, as quais deverão também ser consideradas línguas de Timor-Leste no período em análise. Na realidade, nesta época, foi grande o interesse de vários filólogos europeus (tais como Hugo Schuchardt ou José Leite de Vasconcelos) a respeito destas línguas e do seu lugar no panorama linguístico de Timor. As fontes referentes a estes temas mereceram já tratamento noutros estudos,² pelo que aqui nos centraremos nas demais línguas timorenses, aquelas que, para um observador externo ao território, representariam maior novidade e um maior desafio.

² Acerca dos registos do chamado “crioulo de Bidau” recolhidos pela *Missão Antropológica de Timor*, veja-se Baxter (1990). Para uma recolha e análise de documentos mais antigos que abordam a questão do português de Timor ou do crioulo da ilha, temporalmente coincidentes com as fontes aqui trabalhadas, veja-se Baxter e Cardoso (2017). Para uma panorâmica dos estudos sobre o português de Timor, veja-se Cardoso (2016).

2. O (re)conhecimento do panorama linguístico timorense

As primeiras referências à diversidade linguística da ilha de Timor, bem como as primeiras recolhas de informação sobre as línguas da ilha, precedem o período em estudo neste capítulo; para uma visão panorâmica, veja-se Hull (1998), onde se explica que o interesse filológico manifestado por visitantes holandeses e britânicos a partir de meados do séc. XIX não teve paralelo entre os portugueses que aí residiam. Um livro de Afonso de Castro, datado de 1867, é disso um bom exemplo. O antigo governador da colónia portuguesa de Timor tece considerações aprofundadas sobre assuntos tão diversos como a estrutura administrativa tradicional, a questão da escravatura ou a botânica timorense, mas às línguas da colónia dedica menos de uma página na qual refere apenas 4 línguas (“o *Teto*, o *Vaiqueno*, o *Galolo* e o *Calado*”) que descreve como “mui pobres” e “inteiramente selvagens, mui asperas e nada parecidas com a suave língua malaia, que tem seus poetas e bons prosadores” (Castro 1867:328).

A investigação do panorama linguístico timorense, no período em análise, faz-se em obras de natureza vária. Não é de estranhar, por exemplo, que descrições genéricas da ilha, como sejam as de José dos Santos Vaquinhas (1885),³ Alberto Osório de Castro (1908; 1943) ou José Simões Martinho (1943),⁴ façam referências às línguas de Timor. Se, nalguns casos, estas referências são breves, noutras chegam a ser substanciais: no caso de Martinho, o seu livro inclui um mapa linguístico de Timor reconhecendo 14 “dialectos” e um anexo de 28 páginas chamado “Resumo gramatical”, no qual o autor dá informação gramatical básica sobre “[o]s quatro dialectos timorenses que conheço, *Tétun*, *Tócodé*, *Mambai* e *Kêmac*” (Martinho 1943:275). Outra obra que merece aqui referência é o *Diccionario Chorographico de Timor* de Rafael das Dores (1901), autor de um dos primeiros dicionários de tétum (ver abaixo), na medida em que, apesar de se ocupar essencialmente de topónimos, para muitos dos locais mencionados refere qual a língua ou quais as línguas que aí se falam; assim, em rigor, esta obra acaba por fazer um levantamento relativamente detalhado da distribuição geográfica das línguas de Timor.

Prova eloquente da dispersão de informação linguística sobre Timor, nesta altura, é a obra *Flores de Coral*, de Alberto Osório de Castro (1908). Trata-se de um livro de poemas compostos no Oriente mas que, para além disso, contém um substancial “Glossário” onde o autor fornece dados sobre vários assuntos resultantes das suas observações no terreno e das suas leituras. Incluem-se aí importantes discussões-

³ Vaquinhas, militar português, foi governador interino de Timor em 1881-1882, correspondeu-se com Hugo Schuchardt e enviou a Adolfo Coelho dados linguísticos sobre Timor. Para uma biografia mais completa, veja-se Cardoso e Sousa (2015).

⁴ Ainda que a obra tenha sido publicada apenas em 1943 – isto é, após o período de que nos ocupamos –, o autor indica na “Explicação prévia” que grande parte do livro fora composta mais de quatro anos antes, e que começara a coligir os seus apontamentos por admoestação de António de Almeida, professor da Escola Superior Colonial, que conhecera em 1938.

síntese do panorama linguístico timorense e até aquela que aparenta ser a primeira referência explícita ao crioulo português de Bidau (cf. Baxter e Cardoso 2017).

Neste período, e sobretudo no início do século XX, é também comum encontrar discussões de natureza linguística em obras de carácter eminentemente antropológico, o que não surpreende se entendermos que a evidência linguística (a par de outras, como por exemplo certas características fisionómicas) era tida como um diagnóstico importante de filiação étnica (veja-se também Corrêa 1944). Uma das primeiras obras deste tipo a incluir uma relação (ainda que breve) das línguas de Timor e sua distribuição geográfica é o artigo resultante da visita de Henry Forbes à ilha em 1882 (Forbes 1884) a convite do governador Bento da França. Esta informação é repetida e aumentada com um vocabulário trilingue “Kaladi” (que o próprio identifica com o mambai), “Tetu” (tétum) e “Lakale” (lakalai) num livro saído em sequência (Forbes 1885). De resto, sobressaem os trabalhos de António Leite de Magalhães, um militar português que serviu em Timor. O próprio autor revela que perdeu os seus apontamentos devido ao torpedeamento do barco que o levava de regresso a Portugal, em 1916. Ainda assim, deu à estampa dois trabalhos importantes do ponto de vista linguístico. O primeiro destes (Magalhães 1918) é um estudo abrangente da ilha de Ataúro, acima de tudo da sua população, com uma abordagem antropológica centrada na demografia, características fisionómicas e etnografia e que, no final, apresenta um conjunto de palavras frequentes e algumas frases soltas. O segundo (Magalhães 1920) é um ensaio acerca da diversidade e história das populações timorenses, para o qual se baseia em dados históricos, linguísticos e tradições orais; com esse fim, compila uma relação das línguas de Timor, com considerações acerca da sua filiação taxonómica, e que, de acordo com Corrêa (1949:18), seria influente no panorama científico português pelo menos até à publicação do estudo de Arthur Capell (1944).

Para além destas fontes impressas, encontramos ainda dados acerca do panorama linguístico timorense em cartas e outros documentos de natureza privada, alguns dos quais preservados em arquivos. Nesta categoria, pontuam de forma particular as cartas solicitadas por filólogos como parte do seu processo de recolha de dados, que, à data, nem sempre era feita pelos próprios mas sim por correspondentes no terreno. Hugo Schuchardt, estudioso alemão estabelecido na Universidade de Graz (Áustria), coligiu, no final do século XIX, uma quantidade impressionante de dados linguísticos, muitos dos quais referentes a colónias portuguesas; a propósito de Timor, recebeu várias cartas de José dos Santos Vaquinhas⁵ e uma longa carta de João Gomes Ferreira,⁶ à data vigário geral e superior das missões de Timor e, mais tarde, bispo de Cochim. Por seu lado, o espólio epistolar de José Leite de

⁵ Manuscritos datados de 1884 a 1888, guardados na Universidade de Graz (Áustria), *Hugo Schuchardt Archiv*, nrs. 2614 a 2619, estudados em Baxter e Cardoso (2017).

⁶ Manuscrito datado de 1885, guardado na Universidade de Graz (Áustria), *Hugo Schuchardt Archiv*, nr. 3853, estudado em Baxter (1990).

Vasconcelos, importante linguista e arqueólogo português deste período, contém uma significativa correspondência com Rafael das Dores⁷ (ver abaixo) e uma numerosa coleção de cartas de Alberto Osório de Castro, seu primo.⁸

2.1 Obras de descrição linguística

Apesar da multiplicidade de fontes que acabámos de observar, as obras centrais para o nosso estudo são as que se ocupam de forma predominante da descrição e/ou difusão das línguas timorenses. Também aqui devemos reconhecer uma certa diversidade de abordagens, já que, entre estas, se contam essencialmente três grandes tipos: dicionários, gramáticas e compêndios.

A produção lexicográfica é uma das que tem maior expressão nos esforços de documentação linguística da altura em Timor, sendo mais vasta até do que demonstra o rol de dicionários publicados. Na realidade, como veremos, nem todos os dicionários e glossários que se produziram neste período chegaram ao prelo. Há uma preferência por dicionários que têm o português como língua de partida e uma língua timorense como língua de chegada, com poucas excepções. Esta direcionalidade não é inocente. Um dicionário *português-X* é particularmente útil para auxiliar um falante de português a falar em X ou um falante de X a apreender um discurso em português; em qualquer dos casos, trata-se de contextos comunicativos cuja agência cabe sobretudo ao falante lusófono.

Muitos autores publicaram gramáticas antes de fazerem sair os seus dicionários. Na realidade, quando o objectivo é o de facilitar a aprendizagem e interpretação de uma língua desconhecida, tanto o conhecimento lexical como o conhecimento gramatical são essenciais – ou, nas palavras do Padre Aparício da Silva,

De pouco serviria um dicionario se não houvesse regra alguma para coordenar essas palavras, ainda que dispostas por ordem alphabetica, a fim de se poderem formar phrases, como há para das letras se formarem as syllabas e d'estas as palavras. (Silva 1889:1).

Assim se compreende, portanto, que muitos dos dicionários aqui estudados abram com uma secção mais ou menos extensa de descrição gramatical. Não deve, portanto, depreender-se da relativa ausência de obras exclusivamente gramaticais que este aspecto tenha sido descurado pelos primeiros linguistas das línguas de Timor, senão que esse trabalho se encontra em grande medida pulverizado em várias obras.

Quanto a obras estritamente didácticas (tais como compêndios e cartilhas), este período não é particularmente prolífico. Contudo, estas obras são significativas,

⁷ Manuscritos datados de 1901, guardados no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), *Epistolário de Leite de Vasconcelos*, nrs. 7026 e 7027, estudados em Baxter e Cardoso (2017).

⁸ Manuscritos datados de c. 1890 a 1940, guardados no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), *Epistolário de Leite de Vasconcelos*, nrs. 4217 a 4239, estudados em Baxter e Cardoso (2017).

sobretudo pelo que revelam do papel que às línguas timorenses (e, em específico, ao tétum) era reconhecido.

2.2 Autores religiosos

No período em análise, os mais produtivos linguistas em Timor-Leste foram, sem dúvida, os missionários católicos que aí operavam. A missionação de Timor é bastante anterior ao período que nos ocupa mas, numa primeira fase, essa actividade não resultou na descrição das línguas do território (pelo menos em formato impresso).

Até 1875, as missões de Timor eram coordenadas a partir de Goa (ver secção 3) mas, nesse ano, a tarefa é entregue à diocese de Macau. Esta mudança teve consequências muito significativas. Logo em 1877, por intermédio de António Joaquim de Medeiros (à data Superior e Vigário Geral do Distrito de Timor), chegou a Timor um contingente de missionários formados em Portugal, no *Real Colégio das Missões Ultramarinas* de Cernache do Bonjardim. Deste grupo de religiosos, diz Roque:

[...] they had arrived in 1877-78 with the ambitious purpose of reforming the Catholic Mission. Imbued with the strong patriotic imperialist ideology which was emblematic of the Seminary, the new missionaries advocated the virtues of an intrusive and moralizing programme of colonial intervention. They were determined to put an end to every Timorese ‘superstition’. (Roque 2010:199).

Este grupo de religiosos caracterizou-se, portanto, por uma intensa intervenção na sociedade timorense, fazendo acompanhar as suas actividades evangelizadoras de outras tendentes a erradicar aspectos da vivência timorense que consideravam contrárias à ética cristã. Esta oposição visou vários aspectos da vida timorense, incluindo práticas matrimoniais (Roque 2012), jogos tradicionais e práticas religiosas locais (sobre a destruição de *uma lulik*, veja-se Rosa 2012).

Até 1911, altura em que foi extinto no seguimento da implantação da República em Portugal, o colégio de Cernache do Bonjardim continuou a fornecer missionários para Timor. Com estes fervorosos e interventivos missionários, chegou também a Timor um novo enfoque no papel que as línguas locais deveriam ter no processo de missionação. Foram estes missionários os primeiros a coligir dicionários, gramáticas e cartilhas em línguas timorenses. Para além destes, produziram também numerosas obras de cariz religioso (tais como catecismos ou breviários) em várias línguas timorenses, de entre as quais se destacam o tétum e o galoli. Nesta secção, descreveremos a actividade linguística dos missionários que produziram obras de natureza descritiva, tenham estas sido publicadas ou não.

2.2.1 Sebastião Maria Aparício da Silva

O Padre Sebastião Maria Aparício da Silva chegou a Timor em 1877, por intermédio de António Joaquim de Medeiros, naquele que foi o primeiro contingente de missionários de Cernache do Bonjardim a operar na ilha.⁹ O seu impacto na organização das missões em Timor foi significativo, nomeadamente por se lhe dever a fundação da missão de Soibada, que se viria a tornar um centro educativo e evangelizador de referência, não apenas na Contracosta (da qual era a Missão Central) como em todo o território de Timor-Leste.

Aparício da Silva merece lugar de destaque enquanto responsável pelas primeiras publicações numa língua timorense – o tétum –, que incluíram um catecismo (Silva 1885), o primeiro dicionário português-tétum (Silva 1889) e uma gramática. Pouco se sabe acerca desta gramática, inédita, que Hull (1998:8) dá como perdida. Contudo, é provável que a possamos reconhecer na secção gramatical que precede o seu dicionário de 1889. Com efeito, o *Diccionario Portuguez-Tétum*, de formato pequeno e portátil, vem precedido de um esboço gramatical relativamente completo: em 41 páginas, Aparício da Silva descreve com algum detalhe o essencial da sintaxe, da morfologia e até da fonologia do tétum, fornecendo bastantes exemplos de todas as categorias gramaticais tratadas. A opção pelo estudo desta língua é justificada pelo autor, no prólogo, por ser “dialecto o mais generalizado na ilha de Timor, pelo menos na parte que pertence a Portugal”, mas entende-se também por este missionário, que teve vários cargos eclesiásticos durante as suas diversas estadias, ter operado sobretudo na região centro-sul de Timor-Leste, ou seja, na região linguística do tétum-terik. Com efeito, aos informantes a quem agradece no prólogo (todos eles da classe regente timorense, incluindo um tenente coronel, um brigadeiro-rei e um principal), situa-os em Lacluta e Barique, regiões de maioria tétum.

Ainda no prólogo ao dicionário, Aparício da Silva acusa a dificuldade que sentiu em dar início ao trabalho de descrição de uma língua que lhe era, à chegada a Timor, inteiramente desconhecida:

Não sabendo eu língua alguma de Timor, e pensando no modo como havia de aprender a que eu precisava saber, nas circunstâncias em que me via, tive de valer-me de todos os timorenses com quem convivi como meus mestres. (Silva 1889:ii).

Aparício da Silva tinha consciência de que, com os seus escritos sobre o tétum, estava a desbravar caminho para um conhecimento mais aprofundado do panorama linguístico timorense, e expressa no prólogo o desejo de que o seu trabalho viesse a ser replicado:

⁹ Para uma resenha mais aprofundada da vida e obra de Aparício da Silva, veja-se Rosa (s.d.).

Os missionários que se entregarem ao estudo doutra língua, com o auxílio deste ensaio poderão facilmente confeccionar um dicionário próprio da língua da sua missão, o que se me afigura de fácil execução; porquanto, havendo em todos os reinos quem, mais ou menos, fale tétum, podem os missionários servir-se deste trabalho como de ponto de partida para o estudo da língua que tiverem de aprender, ou que já aprenderam. Oxalá que eu tivesse tido igual auxiliar. (Silva 1889:v).

Em termos metodológicos, Aparício da Silva (1889:ii-iii) revela ter recorrido tanto à observação de discurso escorreito (“Podendo, sempre os ia escutar quando falavam uns com os outros, tomando apontamentos de tudo”) como a técnicas de elicitación lingüística (“À força de perguntas e de exemplos propostos aos timorenses, é que ia tirando conclusões”).

O dicionário, como aliás também anteriormente o seu catecismo tétum, foi publicado em Macau, na Tipografia do Seminário de São José, do qual mais tarde chegou a ser nomeado reitor. Com efeito, Macau foi na altura de Aparício da Silva o centro coordenador das missões em Timor, já que a ilha era desde 1875 uma dependência da diocese de Macau. Foi através de Macau que Aparício da Silva chegou a Timor e aí regressou com frequência nos intervalos das suas estadias timorenses.

2.2.2 Manuel Maria Alves da Silva

O Padre Manuel Alves da Silva chegou a Timor em 1877, juntamente com Aparício da Silva, por intermédio de António Joaquim de Medeiros. Foi “pároco de Díli” e foi-lhe ainda confiada, à sua chegada, a missão de Manatuto (Fernandes 1931:38, 56), com jurisdição sobre um território de maioria galoli. Assim, foi a essa língua que dedicou o seu estudo, tendo produzido uma breve gramática (Silva 1900), um catecismo (Silva 1903) e, finalmente, um dicionário (Silva 1905). Alves da Silva foi ainda autor de várias outras obras em galoli para apoio ao ofício religioso, como as *Homilias de Domingo* e um *Método para Assistir à Missa*, não se conhecendo a data exacta de composição ou publicação (Fernandes 1931:123).

A gramática, a primeira das suas obras de descrição lingüística, foi publicada em Macau no ano de 1900 com o título de *Noções de Grammatica Galoli, Dialecto de Timor*. Trata-se de um livro pequeno, de apenas 46 páginas. Vem dedicado ao Bispo de Macau, D. José Manuel de Carvalho, num texto escrito em Macau e datado de 11 de Fevereiro de 1900. No prólogo, o autor faz algumas afirmações interessantes que demonstram o estado do seu conhecimento da língua que descrevia. Revela, desde logo, uma consciência da variação interna do galoli, que compara com a que caracterizava o tétum:

Cada um destes dialectos soffre ainda grandes alterações nos diversos reinos em que é fallado, como por exemplo succede com o tétum, que é sem contestação o mais generalizado da ilha [...]. Com o galoli igualmente se notam essas alterações, ainda que menos sensiveis;

e assim este dialecto fallado em Manatuto, se bem que comprehendido em Laleia e Vemasse, apresenta comtudo certas variantes, que se observam até em Lacló, apesar d’este reino distar d’aquelle apenas duas horas de caminho. (Silva 1900:prólogo).

Não apenas reconhece as semelhanças entre as principais línguas timorenses e o malaio como chega a afirmar que todas descendem deste. Ficamos ainda a saber que esta pequena gramática se baseou em notas linguísticas tomadas muito antes e analisadas num contexto no qual o autor não tinha acesso a falantes nativos de quem pudesse elicitar dados em falta. Estes condicionamentos redundaram em importantes fragilidades. Ao invés de produzir uma gramática completa e abrangente da língua, o autor opta por uma obra que releve as peculiaridades do galoli. Reservam-se apenas 32 páginas à descrição gramatical propriamente dita, sendo esta organizada de acordo com categorias gramaticais tradicionais (substantivo, adjectivo, artigos, pronomes, etc.). Alves da Silva admite ter recorrido ao modelo da gramática do tétum que Aparício da Silva incluía no seu dicionário. Na realidade, as semelhanças são claríssimas – na organização da informação como até na formulação de frases e selecção de exemplos. Para que se compreenda a sua extensão, transcrevo aqui o trecho inicial de cada uma das gramáticas:

- Aparício da Silva (1899):

DO SUBSTANTIVO

Os **substantivos**, regra geral, sempre vão antes dos adjectivos. Ex.: homem bom, ou bom homem, *mánè dí’ac*.

Não ha **substantivos abstractos**.

Os **augmentativos** formam-se pospondo aos positivos o adjectivo *bóote* (grande). Ex. Homenzarrão, *mánè bóote*.
[...]

- Alves da Silva (1900):

1. Substantivo

1. Os SUBSTANTIVOS, regra geral, sempre vão antes dos adjectivos. Ex.: homem bom, ou bom homem, *mane lálán*; ou *mamâne lálán*.

Não ha substantivos abstractos.

Os AUGMENTATIVOS formam-se pospondo aos positivos o adjectivo *uác* e *uácráis* – que ainda mais força dá ao dicto augmentativo e que é uzado quando se quer significar qualquer

Cardoso – “*Descrições portuguesas das línguas de Timor-Leste na transição dos sécs. XIX e XX*”

cousa assaz grande. Ex.: Homem grande, *mane uác*, homenzarrão, gigante, *mâne uac-raís* ou *mamâne auáuác*, que também é usado no mesmo sentido.
[...]

Quando, em 1905, é publicado o dicionário, o prólogo descreve a sequência dos estudos sobre o galoli do seguinte modo:

Fiel ao que nos havia sido indicado pelo nosso Prelado o Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. D. José Manuel de Carvalho, de saudosa memória, partimos para Timor em 4 de Maio de 1900 com o fim de estudar mais detidamente o dialecto da Provincia dos Bellos denominado galoli de que havíamos publicado os primeiros estudos em Macau em o nosso opusculo – “*Noções de Grammatica Galoli.*” –

Em janeiro de 1902 voltamos d’aquella commissão, dando por concluidos os nossos trabalhos, publicando em Novembro de 1903 o nosso catechismo de doutrina christã em portuguez e galoli [...].

Depois de bem longas vigílias e não poucos trabalhos, sae alfim a lume o dictionario em portuguez e galoli do dialecto mais usado e commum das christandades do nordeste de Timor, que constituem a parte da Malasia mais obediente e fiel á corôa portugueza.

Este relato revela até que ponto o interesse que os missionários desta altura demonstravam pelo trabalho de descrição linguística – e pela produção de material litúrgico em línguas timorenses – derivava de uma estratégia de missão assumida pelos seus superiores eclesiásticos. Quanto ao processo de aprendizagem e descrição linguística, Alves da Silva descreve-o como difícil e sujeito a tropeços decorrentes das dificuldades de comunicação:

Depois de muitos anos de práticas destes dialectos, vem às vezes a deitar por terra teorias ou regras de construção a que se tinha socorrido, por entender mal uma expressão ou uma explicação dada por algum indígena, ou porque este lhe não soube compreender a pergunta, ou em fim porque ao responder não atinou com o termo próprio ou equivalente na sua própria língua.

As ideias e os conhecimentos destes povos são tão limitados que por mais que o missionário se canse para lhes arrancar algum princípio empírico com que possa determinar a frase e guiar-se no caminho do discurso e da elocução, é quasi impossível e tem de contar quasi só consigo. (Silva 1903:ii-iii).

O dicionário vem precedido de uma versão revista e aumentada da gramática anteriormente publicada. Dado que, como acabámos de ver, Alves da Silva teve entretanto oportunidade de regressar a Timor e aprofundar o estudo da língua galoli em contacto com falantes nativos, notam-se nesta nova versão da gramática importantes inovações. Ainda que essa publicação siga a mesma estrutura da anterior, a argumentação e exemplificação são bastante mais desenvolvidas, descolando-se significativamente do modelo de Aparício da Silva. Para que se tenha ideia do tipo de

alterações introduzidas, compare-se a secção de abertura da gramática de 1900, acima transcrita, com a secção correspondente na versão de 1905:

- Alves da Silva (1905):

SUBSTANTIVO

1-Os substantivos precedem geralmente os adjectivos, que os determinam e qualificam. Ex. Deus eterno, *Amo Deus te i'uco ene*; homem mortal, *itobo mamananè nacmate*; neve branca, *uè-naici babuti*; homem sábio, *mamananè nanau*; arvore alta, *ai rarraça*.

2-Os augmentativos formam-se com a adjuncção do adjectivo *uac* e *uacrais* depois do substantivo. Ex.: Homem grande ou homenzarrão, *mamânè uac* ou *mamâne uacrais*.

Também se formam os augmentativos ajuntando ao nome, que se quer ampliar os adverbios *ua'i* e *ua'irais*, *ua'icoïn*. Ex.: bebi muita agua e sò depois de saciado é que me levantei d'aquelle lugar, *ga eno ué ua'i bessu tini be ablessen hatin ilan*. Tenho muito somno, *ga ducur ua'icoïn*. João é muito tapado, *João ralan henin ua'irais*. [...].

Quanto ao dicionário em si, bastante substancial no número das entradas que ocupam 387 páginas, um dado interessante é o de que a selecção de entradas parece quase inteiramente decalcada do anterior *Diccionario Portuguez-Tétum* de Aparício da Silva. Veja-se a relação das primeiras palavras de cada um (em itálico, a única palavra que não é partilhada pelos dois):

- Aparício da Silva (1889): “A, Aba, Abacelar, Abafadiço,a, Abafar, Abainhar, Abaixar, *Abaixar-se*, Abaixo, Abalançar, Abalar”

- Alves da Silva (1905): “A, Aba, Abacelar, Abafadiço,a, Abafar, Abainhar, Abaixar, Abaixo, Abalançar, Abalar”

Com a inclusão de palavras tão pouco frequentes como *abacelar* ou *abainhar*, a coincidência entre os dois conjuntos de entradas certamente ultrapassa a organização dos lexemas por ordem alfabética. A influência de Aparício da Silva é óbvia, como aliás o fora já na primeira versão das *Noções de Grammatica Galoli*. Parece então que, cumprindo o seu desejo manifesto, Aparício da Silva fez escola entre os demais missionários-linguistas a operar em Timor nesta altura.

2.2.3 Manuel Calisto Duarte Neto

O Padre Manuel Calisto Duarte Neto operou em Timor entre 1896 e 1902 e, de acordo com a relação das publicações dos missionários feita mais tarde pelo Padre Abílio Fernandes (1931:124), dessa experiência resultaram três dicionários que, à data, se encontravam “à espera de impressão”:

- a. O *Dicionário da língua uaima'a*;
- b. O *Dicionário da língua macassai*;¹⁰
- c. O *Dicionário da língua d'Ocussi* (ou *Dicionário português-vaiqueno*).

Não é inteiramente claro se os dicionários chegaram a ser impressos. Hull (1998) dá-os como perdidos. Numa síntese mais tardia de fontes linguísticas timorenses, Ernesto Domingues (1947), que refere o terceiro dos dicionários de Duarte Neto com o título de *Dicionário português-vaiqueno*, menciona que “[e]stá em preparação outro *Catecismo* e o *Dicionário vaiqueno-português*, corrigidos pela professora nativa D. Natália Maria da Conceição”.

2.2.4 Padre Manuel Martins Pereira

Do Padre Manuel Martins Pereira sabe-se que recebeu a sua formação no Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim, que exerceu a sua função de missionário em Timor entre 1899 e 1904 nas regiões de Maubara, Baucau e Manatuto (Fernandes 2011:182) e que faleceu em Timor. A sua estadia em Maubara, região de língua tucodede, terá sido determinante para a compilação do seu *Vocabulário em tucodede* (c. 1903) – um dicionário tucodede-português –, que, de acordo com Hull (1998:8), nunca chegou a ser publicado.

2.2.5 Manuel Mendes Laranjeira

O Padre Manuel Laranjeira foi o primeiro dos missionários-linguistas a compor uma obra didáctica dedicada a uma língua timorense, a sua *Cartilha-Tetun* saída em 1916. A génese desta cartilha pode ser entrevista numa série de documentos anteriores e envolveu uma notável (e rara) parceria entre a administração colonial e um missionário.

Em 1915, Manuel Laranjeira tinha a seu cargo a missão de Alas. Nessa altura, era governador de Timor Filomeno da Câmara Melo Cabral, que ocupou o cargo entre 1910 e 1917 (com um interregno de 1913 a 1914; v. Lencastre 1929) e cuja intervenção é essencial para compreender a publicação da *Cartilha-Tetun*. Manuel Laranjeira conta, no prólogo da obra, que, ao apresentar ao governador a ideia de compor uma cartilha em tétum, esta mereceu da sua parte “o acolhimento mais animador e o impulso que a fez passar a um facto” (Laranjeira 1916 [1932]:vol. 1, iv). Na realidade, esta cartilha respondia a um apelo directo de Filomeno da Câmara, que, na Portaria N° 452, de 15 de Novembro de 1915, preconizava a produção de cartilhas em todas as línguas timorenses que permitissem às crianças aprender a ler na sua língua e paulatinamente atingir a proficiência em português. O governador admite

¹⁰ Não havendo agora acesso ao manuscrito, não é possível aferir se os dois dicionários identificados por *a* e *b* constituíam uma obra apenas ou duas obras independentes. As fontes que os mencionam não são claras a este respeito.

que seria conveniente iniciar este processo com uma cartilha tétum que pudesse facilmente ser adaptada às outras realidades linguísticas do território e, para isso, indigita o Padre Laranjeira, “dada a especial competência e conhecimentos da língua *Tetun* que possui”.¹¹ Mas a política linguística do governador passava também por difundir o tétum por todo o território, “o que será de indiscutível vantagem sob mais de um ponto de vista” e, como tal, propõe-se um modelo de cartilhas trilingues para os territórios onde o tétum não fosse dominante – por exemplo, macassai-tétum-português, búnac-tétum-português, etc.

A *Cartilha-Tetun* foi, portanto, produzida com o apoio das autoridades administrativas, razão pela qual a primeira edição (1916) foi impressa na Imprensa Nacional, em Dili (é de notar que a sua reimpressão, em 1932, foi feita em Macau). A cartilha de Manuel Laranjeira foi imediatamente mandada adoptar nas escolas pelas Portarias Nº 121, de 16 de Julho de 1916, e Nº 61, de 7 de Abril de 1917.

Para além de referirem o impulso do governador, as palavras introdutórias de Manuel Laranjeira acusam e agradecem ainda a colaboração de quatro dignitários timorenses: D. Vidal Dontel Sarmiento e D. Francisco Dontel Sarmiento (chefes de Soibada), D. Carlos Borrromeu Duarte e D. Hilário da Costa (chefes de Alas).

Ao justificar a produção desta cartilha, no prólogo, Laranjeira fornece alguns dados importantes acerca dos processos pedagógicos seguidos nas escolas timorenses até então. Ficamos a saber que os materiais e métodos eram os mesmos que vigoravam em Portugal, pelo que os alunos timorenses eram iniciados na leitura com uma cartilha portuguesa, lendo palavras e frases que, nessa fase da sua aprendizagem, não compreendiam. O Padre Laranjeira insurge-se contra esta prática, alegando que “[d]esde o princípio, e principalmente no princípio, o aluno se deve ir habituando a ligar cada palavra, que vê no seu livro, á ideia que ela representa, e não a um mero som” (Laranjeira 1916:vol. 1, ii). Na altura, alegava-se que este problema poderia ser circundado se o professor explicasse aos alunos cada palavra que aprendiam a ler; contudo, o Padre Laranjeira aponta a este método vários inconvenientes: a complexidade que acrescenta ao processo de aprendizagem da leitura, o insuficiente domínio das línguas timorenses por parte de muitos professores e até a dificuldade em encontrar nestas línguas equivalentes adequados para as palavras portuguesas contidas nas cartilhas a uso. Preocupavam-no, portanto, as consequências que estes métodos tinham para a eficácia do ensino em Timor:

Tem-se atribuído a várias causas, nem sempre justamente, o não serem mais importantes os resultados do ensino escolar em Timor. A meu ver, abstraindo da influência do meio e das disposições naturais dos alunos, as quais são factores de muita importância, a causa disso está na impossibilidade de conseguir um fim sem os meios apropriados.

¹¹ Observa-se, na verdade, uma pequena contradição a este respeito. No prólogo à *Cartilha-Tetun*, na versão de 1932, Manuel Laranjeira afirma que a ideia da sua produção foi apresentada ao governador em 1916; contudo, como se vê, a Portaria datada de 1915 indica-o já para esta tarefa.

É um facto que nos tem faltado por completo o mais indispensável para um ensino metódico e prático. Têm-nos faltado livros, a começar pelo abecedário, que os alunos possam entender.” (Laranjeira 1916:vol. 1, iii).

A *Cartilha* vem dividida em dois volumes e está desenhada de forma a não apenas facilitar a aquisição da leitura em tétum mas também uma rápida transição para a leitura do português. Curiosamente, o Padre Laranjeira não considera que esta metodologia (que apelida de “sistema *médio*”) seja a ideal, preferindo que se pudesse dar “ao ensino exclusivo do tetun um desenvolvimento maior e começar a ensinar o português só depois de os alunos estarem bem correntes na leitura e escrita do tetun”, um sistema “mais racional, mas é por enquanto impraticável, atendendo sobretudo á falta do material indispensável para um ensino de tal forma” (Laranjeira 1916:vol. 2, iii-iv).

A secção sobre “Ortografia e fonética do tetun” que abre o primeiro volume destina-se aos professores lusófonos, motivando as opções ortográficas com especial relevo para as que divergem da ortografia portuguesa e explicando algumas especificidades da fonética tétum, tais como o “hiato” representado por um <’> (referente a uma oclusiva glotal que caracteriza o tétum-terik mas não o tétum-praça coloquial e não existe em português) ou a aspiração do <h>. A secção didáctica da cartilha segue um modelo tradicional, iniciando-se com as letras isoladas, ditongos e sílabas simples, e daí progredindo para palavras inteiras e, finalmente, textos curtos em tétum (com uma tradução portuguesa em anexo). A partir da lição 17, as palavras tétum surgem acompanhadas pela sua correspondente em português.

O segundo volume leva mais longe o propósito de introduzir o conhecimento da língua portuguesa através do tétum. Trata-se de uma série de 70 exercícios de tradução do tétum para o português, começando com sintagmas simples e progredindo para orações mais complexas. O autor inclui com frequência notas de rodapé em português que explicam em maior detalhe a abrangência semântica ou pragmática de certas palavras ou construções. Como o próprio explica no prólogo, estas “não se destinam evidentemente aos alunos que as não compreenderiam; destinam-se áqueles que porventura vierem a servir-se destes primeiros elementos sobre o tetun, para se iniciarem no seu estudo” (Laranjeira 1916:vol. 2, v); Laranjeira reconhece assim a este segundo volume da *Cartilha-Tetun* a dupla função de iniciar os alunos timorenses no estudo do português e de iniciar os falantes de português na aprendizagem do tétum.

Laranjeira demonstra ter consciência das limitações impostas à sua obra não apenas pelo grau incipiente do conhecimento que se tinha da língua tétum (“cujá língua nos é conhecida ainda apenas pela rama”) e pela significativa mas limitada dispersão desta língua pelo território timorense, como também pela grande variação que a caracteriza. A este respeito, revela que toma como referência o tétum das “regiões da Costa Sul de Timor, onde mais tempo tenho permanecido e onde este dialecto é falado em

maiores e mais continuadas extensões” (Laranjeira 1916:vol. 2, v). A busca do tétum mais “puro” não é aqui esquecida: ainda que Laranjeira admita que não há elementos suficientes para a resolver, admite que possa ser este da costa sul, por ser “o que se fala em regiões mais extensas e mais afastadas daquelas em que se falam outros dialectos, e onde o tétun é a língua primitiva” (Laranjeira 1916:vol. 2, v). Do reconhecimento da semelhança com o malaio, Laranjeira conclui que o “tetun tem, com muitas probabilidades, a sua origem na lingua malaia; é um dos inúmeros dialectos que a constituem, ou um ramo dela derivado”, sujeito a “inúmeras variações e irregularidades na sua construção e na sua pronúncia” pela ausência de escrita.

Apesar do seu impacto, a *Cartilha-Tétun* não esgota a produção do Padre Manuel Laranjeira. Foi ainda autor de uma *Tradução e Explicação do Catecismo de Dianda* em tétum – que em 1931, pelo menos, permanecia inédito (Fernandes 1931:123) – e co-autor, com Manuel Patrício Mendes, de um dicionário publicado em 1935 (ver secção seguinte).

2.2.6 Manuel Patrício Mendes

Em 1935, é publicado em Macau o *Dicionário Tétum-Português*, escrito em co-autoria por Manuel Patrício Mendes e Manuel Mendes Laranjeira, contendo cerca de oito mil entradas. Ainda que ambos os autores tenham contribuído para a elaboração deste dicionário, é Manuel Patrício Mendes que surge referido na capa como responsável pela sua impressão. O livro abre com um prólogo de sua autoria e, antes de uma lista de abreviaturas e da secção lexicográfica, inclui a transcrição de um excerto da *Cartilha Tétum* do Padre Laranjeira que motiva as opções ortográficas da obra (em larga medida baseadas na ortografia portuguesa) e exemplifica, com referência ao português, as correspondências entre grafemas e a sua representação fonética.

À data da publicação do dicionário, nenhum dos co-autores era já missionário em Timor. No que diz respeito ao processo de composição e verificação desta obra, o prólogo dá conta de alguns aspectos interessantes. Ficamos a saber que o trabalho tivera início 20 anos antes da sua publicação, em 1915, quando o Padre Mendes dirigia a missão de Suro e o Padre Laranjeira a missão de Alas. Aquando de uma visita do Superior, o Padre João Lopes, ter-se-ia descoberto que ambos tinham recolhido dados com vista à produção de um dicionário e, por instância do Superior, foi decidido que colaborariam nessa tarefa; os dois missionários deveriam “concluir cada um os trabalhos que começara e revê-los depois juntos, perante uma comissão de naturais das regiões onde o tétum se fala, fundindo-os numa obra só” (Mendes e Laranjeira 1931:i).

Esta comissão reuniu finalmente na Missão Central de Soibada (desconhece-se o ano) e congregou habitantes de “Díli, Viqueque, Luca, Lacluta, Barique, Samoro, Bubussuço e Alas” (Mendes e Laranjeira 1931:i). Os trabalhos de revisão terão

durado cerca de dois meses. Este procedimento, responsável e geograficamente abrangente, deverá ter posto em evidência a grande diversidade que caracteriza a área linguística do tétum e ainda as atitudes linguísticas prevalentes entre os falantes das diversas variantes, ao ponto de o editor comentar:

Àqueles que julgam que só é “bom tétum” o que êles conhecem ou o que se fala nas regiões onde habitam, lembro-lhes que esta língua varia muito de região para região e que não há bases nenhuma que nos autorizem a considerar mais pura e legítima uma palavra usada num sítio do que a sua correspondente usada noutra onde também se fale tétum.

Evidentemente que no tétum de cada uma das regiões, onde é falado, se foram introduzindo palavras das línguas vizinhas; e como é grande a variedade de línguas em Timor, variado é também o tétum de Suai, de Díli, de Alas ou de Viqueque.

[...] Devem-se respeitar, por isso, os modos de dizer das outras partes e bem assim as diversas pronúncias e modificações da mesma palavra. Foi êste espírito de tolerância e respeito mútuo que presidiu à confecção dêste dicionário. (Mendes e Laranjeira 1931:ii-iii).

Estas considerações são interessantes do ponto de vista linguístico, desde logo por nelas se encontrar expressa a noção de que a variação interna ao tétum se produziu, em grande medida, pelo contacto com as demais línguas de Timor, em ecologias linguísticas também diversas. À semelhança do que já expusemos acerca da cartilha de Manuel Laranjeira, também aqui se dedica algum espaço à questão da padronização do tétum. Apesar de não se comprometerem com uma decisão, os autores parecem indicar que, na sua óptica, uma variante poderia ser tomada como referência caso se conseguisse comprovar que ela era mais “pura” do que as demais. Ecoa-se assim uma tendência da época para avaliar negativamente os produtos do contacto linguístico, quer se tratasse de empréstimos lexicais ou interferência a qualquer outro nível.

2.2.7 Abílio José Fernandes

O Padre Abílio José Fernandes trabalhou em Timor entre 1914 e 1938, tendo exercido funções de responsabilidade e operando numa vasta área. No ano de 1931, descreve as suas próprias funções nos seguintes termos:

Vigário Geral e Superior das Missões, pároco de Díli e tem a seu cuidado as cristandades distantes do Suro, Bobonaro, Ermera e Batugadé, que visita regularmente de dois em dois meses. (Fernandes 1931:123).

A sua actividade linguística materializou-se sobretudo no seu *Método prático para aprender o Tétum*, dado à estampa em 1937, em Macau. Como revela no prólogo, Abílio Fernandes compôs a obra por ordem do seu Prelado (referindo-se, com toda a probabilidade, a D. Jaime Garcia Goulart) e pretendia que ela viesse a facilitar a aquisição do tétum pelos missionários que então chegavam a Timor, mas também pelas “Exmas. Autoridades, sempre prontas a auxiliar a acção missionária”

(Fernandes 1937:5). Com respeito a estas últimas, Abílio Fernandes faz uma apologia das vantagens de dominar o tétum, de forma a evitar o recurso a intérpretes e a aumentar o “alcance político” da sua intervenção e “acção colonizadora” junto dos chefes timorenses, que, afirma, compreendiam quase todos esta língua. O *Método* tem, portanto, uma abordagem assumidamente prática. A variante do tétum adoptada neste livro é a da costa norte (tétum-praça) porque, “a-pesar de menos correcta, é compreendida em tôda a parte, o que não sucede com a linguagem das regiões do interior, onde o tétum é língua própria” (Fernandes 1937:5).

A obra está dividida em três partes. A primeira apresenta as regras gramaticais básicas do tétum, profusamente ilustradas com frases e contendo exercícios práticos no final de cada secção; uma característica importante é a de que, apesar da predominância concedida ao tétum-praça, frequentemente contrasta o *Tétum de Díli* com o *Tétum da Contra Costa*. A segunda parte tem a estrutura de um guia de conversação; contém frases e léxico comuns organizados por temas (corpo humano, corpo dos animais, astros, cores, etc.). Por fim, na última secção, surge um vocabulário português-tétum que ocupa 143 páginas.

2.2.8 António Grebaldo da Conceição Fernandes

Um dos poucos trabalhos que referem o Padre António Fernandes descreve-o como um dos “Ilustres Filhos de GOA DOURADA” (Fernandes 2011:185). António Fernandes trabalhou em Timor entre 1924 e 1957, na Missão de Alas, onde foi professor “e encarregado das cristandades de Dótic, Tutuluro e Same” (Fernandes 1937:68).

De acordo com Ernesto Rodrigues, António Fernandes iniciou a compilação de um dicionário quadrilíngue português-tétum-búnac-quémac (Fernandes s.d.) “para a penetração espiritual em mais de 100.000 almas difíceis das regiões fronteiriças” (Domingues 1947:149), trabalho interrompido pela guerra. Sabemos, portanto, que o trabalho precedeu a chegada a Timor do conflito da Segunda Guerra Mundial e, uma vez que o dicionário não vem mencionado na lista de obras de missionários publicada por Abílio Fernandes (a qual inclui também manuscritos inéditos; Fernandes 1931:123-124)), podemos presumir que não antecederá o ano de 1931. O dicionário nunca chegou a ser publicado e o manuscrito foi, aparentemente, perdido (Hull 1998:11).

2.2.9 Porfírio Campos

Em 1931, o Padre Porfírio Campos trabalhava na paróquia de Díli, onde era “professor da parte literária da Escola de Artes e Ofícios, professor de música coral e instrumental, prefeito de disciplina da mesma escola e director espiritual dos alunos do Colégio de S. António” (Fernandes 1931:68). Descrito como filho de Macau

(Fernandes 2011:185), Porfírio Campos foi, durante a década de 1930, um contribuinte regular para o *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*.

Porfírio Campos iniciou a produção de um *Dicionário ideológico universal das línguas de Timor* (s.d.) cuja escrita foi também interrompida pela Segunda Guerra Mundial (Domingues 1947:149) sem que este tivesse sido publicado. Pelas mesmas razões apresentadas no caso da obra de António Fernandes, podemos também situar o trabalho de composição deste dicionário entre 1931 e o dealbar da Segunda Grande Guerra. Também neste caso, o manuscrito foi entretanto perdido (Hull 1998:11).

2.3 Autores seculares

No período em análise, eram várias as funções de carácter secular desempenhadas por agentes enviados a Timor, desde postos militares a cargos administrativos e judiciais. Como tal, vários foram os portugueses que viveram em Timor, por períodos mais longos ou mais curtos, e tiveram contacto com a realidade linguística da ilha. É preciso não esquecer os observadores seculares que, como exposto em 2.1., deram à estampa comentários e descrições de Timor onde se tecem comentários de natureza linguística. Apesar disso, como a brevidade desta secção indica, poucos foram os que deixaram obras exclusivamente dedicadas à descrição das línguas timorenses, sendo que, de entre estes, se destacam os que tiveram uma formação militar. Até à segunda Guerra Mundial, portanto, os agentes seculares tiveram, neste campo, um papel secundário em relação aos agentes missionários; a situação alterar-se-ia após o final do conflito, com um renovado interesse científico pela ilha materializado, desde logo, na *Missão Antropológica de Timor* (a partir de 1953).

2.3.1 Rafael das Dores

Num par de cartas que dirigiu ao filólogo e arqueólogo José Leite de Vasconcelos em 1901,¹² Rafael das Dores, um oficial português, conta ter visitado Timor quatro vezes, sendo a primeira estadia a mais longa: em 1871-1873, 1878-1879, 1886 e 1891-1892 (Dores 1903:7-8). Nestas cartas, afirma ainda conhecer “a língua malaia practicam.^{te}” e ter aprendido tétum, tendo inclusivamente recolhido “em apontamentos os materiaes para coordenar um vocabulário da língua tétum”. Na mesma carta, contudo, demonstra pouco entusiasmo para dar à estampa esse trabalho, quando diz: “mas não me sinto com disposição nem com saúde, nem mesmo tenho competencia para elle”. Posto isto, não deixa de ser interessante que, logo no ano seguinte, Rafael das Dores esteja já a preparar a publicação do seu *Dicionário de Teto*; ainda que a obra seja dada à estampa só em 1904, em dois volumes do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, a introdução traz a data de “17 de Novembro de 1902”. Este *volte-face* ter-se-á ficado a dever ao encorajamento do próprio Leite de Vasconcelos, que era precisamente um destacado membro da Sociedade de Geografia de Lisboa. Como

¹² Ver Nota 7.

nota Dores na sua introdução, a publicação do seu *Dicionário* “nunca se faria a não serem as instancias de varios amigos meus [...], principalmente o digno capitão-tenente da armada real, o ex.^{mo} sr. José Francisco da Silva [...] e ulteriormente o meu amigo o ex.^{mo} sr. dr. José Leite de Vasconcellos, a quem o dedico, o qual em carta extremamente amavel me incitou a dal-o á estampa o mais breve possivel” (Dores 1904:45-46) – carta essa, presumivelmente, resultante da troca de correspondência que os dois mantiveram em 1901.

Assim, ao contrário das obras lexicográficas que o precederam, o dicionário de Rafael das Dores não tem uma motivação eminentemente religiosa, ainda que afirme ser “destinado este livro aos empregados e missionarios de Timor” (Dores 1904:51), mas insere-se num movimento científico que, a partir do século XIX, se esforçava por descrever e compreender a diversidade cultural do mundo. Mas preside-lhe também um sentimento de contributo para o desígnio nacional, expresso nos seguintes termos:

Confio na benevolencia dos competentes que apreciarem o meu trabalho, pois estou certo de que presto um pequeno serviço ao meu paiz, contribuindo para preencher, ainda que deficientemente, a lacuna que encontrei, visto que, possuindo Portugal, vae em quatro seculos, aquella colonia, mui poucos entre nós se tem dedicado ao estudo da língua que alli se falla mais geralmente. (Dores 1904:45).

A introdução clarifica que o principal quinhão dos dados foi recolhido na sua primeira estadia em Timor, entre 1871 e 1873, e contou com o contributo (sob a forma de apontamentos) de várias pessoas: o Padre Mesquita, José dos Santos Vaquinhas e Fernando Antonio. Assim, na realidade, os esforços de documentação linguística de Dores precedem a chegada do Padre Aparício da Silva a Timor. Se a obra não foi publicada mais cedo, diz na introdução, foi precisamente por entretanto lhe ter chegado “a noticia da publicação de um *Diccionario portuguez-tetum* pelo reverendo padre Sebastião Maria Aparicio da Silva”. Contudo, após consultar a obra, convenceu-se de que “ainda era admissivel a publicação das minhas notas, por isso que foram ellas tomadas sempre no intuito de fazer um vocabulário ou diccionario de *teto* para portuguezes” (1904:45; 1907:2).

Esta primeira versão do dicionário contém duas secções substanciais: a primeira (“Observações Grammaticaes”) consiste numa breve descrição gramatical abrangendo a fonologia, morfologia e sintaxe do tétum; a segunda é uma longa “Lista de palavras portuguesas, puras ou estropiadas, que julgo foram introduzidas na língua TETO posteriormente a 1873, e que constam do *Diccionario portuguez-tétum* do Sr. Padre Sebastião Maria Aparício da Silva”, ou seja, uma lista de empréstimos lexicais do português que Rafael das Dores considerava serem recentes. A data de 1873 corresponde ao término da primeira visita de Dores a Timor, ou seja, ao encerramento do principal período de recolha de dados, dos quais não deveriam constar os lexemas portugueses que ele vem a encontrar na obra de Aparício da Silva. Para muitas destas

palavras, Dores (bem como também Aparício da Silva) aponta equivalentes em tétum e, frequentemente, comenta que um empréstimo se encontra “Já radicado”, revelando assim a progressão do elemento lexical português no tétum e a competição destes lexemas com outros mais antigos na língua. O autor considera que a missão do interior fora a grande responsável pela introdução desta bateria de empréstimos portugueses; na introdução, comenta que, em visitas posteriores a esta data,

continuando sempre a tomar notas sobre a maneira de fallar nos diferentes reinos que percorri, nomeadamente nos da chamada contra-costa ou costa do Sul, observei que os poucos discipulos da missão que se encontram no interior, teem introduzido no *teto* muitas palavras portuguezas a mais que as existentes nas notas que tomei até 29 de Dezembro de 1873 [...] (Dores 1904:45).

No *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, publica-se apenas até este ponto, ou seja, fica de fora o dicionário propriamente dito. Este virá a integrar a versão coligida publicada em 1907 pela Imprensa Nacional com o título de *Diccionario Teto-Português*. Para além das duas secções já descritas, esta versão acrescenta uma “Collecção de phrases e circumloquios coordenados do Diccionario português-tétum” (ou seja, frases exemplificativas retiradas do dicionário de Aparício da Silva), o “Diccionario Teto-Português” baseado nas observações de Dores – que constitui a porção mais significativa da obra – e, finalmente, um vocabulário trilingue em tétum, português e malaio.

Para além das novas secções acrescentadas à versão de 1907, são poucas as diferenças entre esta versão e a de 1904. Estas justificam-se pelo envolvimento de um outro eminente linguista da altura, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, foneticista e lexicógrafo, a quem Dores terá dado a ler o manuscrito e que terá feito “judiciosas observações” – para além de assinar o prefácio à obra. Os poucos acrescentos ao texto anteriormente publicado consistem num parágrafo de agradecimento na introdução e algumas curtas observações, na secção de descrição gramatical, acerca de tonicidade, acentuação gráfica e opções ortográficas – assuntos acerca dos quais Gonçalves Viana teria particular competência para fazer recomendações.

2.3.2 Júlio Garcez Lencastre

Júlio Garcez de Lencastre, militar empenhado na causa colonial, ocupou vários cargos na administração colonial portuguesa, tendo ascendido a Agente Geral das Colónias, em 1932, e a governador da província de Luanda, em 1934 (Garcia 2007). No início da sua carreira, contudo, passou por Timor, onde, a partir de 1911, teve funções de alguma importância, incluindo a de Secretário do Governo de Timor.

Após o seu regresso a Portugal, numa altura em que prosseguia estudos na Escola Superior Colonial em Lisboa, publica “Algumas regras gramaticais da língua Tétum e vocabulário” (Lencastre 1929). Tal como o título indica, a obra é dedicada à

descrição gramatical do tétum; contudo, neste caso não se poderá falar em rigor de uma *gramática* no sentido de uma obra de referência, já que se trata apenas de um breve artigo no *Boletim da Agência Geral das Colónias*, no qual o autor apresenta um esboço gramatical muito simples desta língua a partir de “apontamentos de aprendizagem de Tétum, por mim coligidos” que encontrara “[r]evolvendo antigos trabalhos de comandante militar” (Lencastre 1929:82), e ainda um vocabulário português-tétum de 5 páginas.

Do ponto de vista da descrição do tétum, este artigo nada traz de novo, uma vez que, nesta altura, circulavam já trabalhos gramaticais e lexicais mais completos, como os de Aparício da Silva e de Rafael das Dores. Tem, contudo, o interesse de ter saído numa publicação intimamente ligada à administração colonial, e com uma chamada de atenção para o facto de o Decreto de 1919 que organizava a Escola Colonial contemplar a ministração de cursos de tétum (bem como, de resto, de galoli).¹³ Não será de rejeitar, portanto, a possibilidade de que a publicação destas notas gramaticais respondesse a um desejo de Garcez de Lencastre de ver esta língua efectivamente incluída no programa curricular da Escola.

2.3.3 Outros

A última obra a tratar nesta secção é um *Vocabulário português-tétun* anónimo (s.d.) que sabemos ter circulado no território de Timor-Leste. A sua inclusão na nossa discussão comporta um elemento de dúvida, já que não é absolutamente certo que tenha sido composto antes de o conflito da Segunda Guerra Mundial ter atingido Timor. Na realidade, pouco se sabe desta pequena obra senão que foi publicada pela Livraria Fernandes, em Lisboa, e que acompanhou os soldados portugueses que desembarcaram em Timor em 1945, no final da Guerra. É possível que o livro tenha sido produzido durante o conflito, precisamente com a finalidade de assistir as forças militares na sua missão em Timor. Porém, Domingues (1947:148) faz a interessante observação de que este vocabulário é em grande medida decalcado do *Método prático para aprender o Tétum* do Padre Abílio Fernandes, de 1937.

3. Análise

O conjunto das obras de natureza linguística que descrevemos revela bastante diversidade de motivações, abordagens e até profundidade de análise. Contudo, é possível reconhecer algumas características que, a vários níveis, distinguem as obras escritas por missionários católicos a operar em Timor daquelas cujos autores aportaram ao território por outras razões.

¹³ Decreto 5.827, de 31 de Maio de 1919, Art. 9º.

3.1 Agenda religiosa e agenda secular

As obras que revelam uma agenda religiosa são aquelas que procuram assistir a acção missionária ao promover o domínio das línguas timorenses, já que, nas palavras do vigário geral e superior das missões João Gomes Ferreira, “[n]ós os missionarios para exercermos o nosso ministerio precisamos de aprender a lingua local”.¹⁴ Os missionários que escreveram gramáticas e dicionários com esta finalidade foram também, muitas vezes, autores de obras de cariz religioso em línguas timorenses, dois tipos de publicação que respondiam ao mesmo propósito de difusão religiosa. Das obras de missionários que chegaram a ser impressas, a quase totalidade foi-o em Macau,¹⁵ que funcionou durante o período em apreço como centro nevrálgico da missionação de Timor.

O objectivo prático de promover a eficaz missionação das populações timorenses é frequentemente assumido nas obras destes autores. Numa mensagem aos missionários de Timor que precede o seu catecismo galoli, Manuel Alves da Silva lamenta que esse idioma fosse

até hoje por bem poucos ainda não estudado a fundo o que é deveras para lamentar, porque os povos que o falam são precisamente os mais afeiçoados de toda a Malásia aos portugueses, e constituem a melhor cristandade da parte portuguesa da ilha. [...] relevará que nenhuma outra coisa mais nos preocupe que o estudo do dialecto destes povos e as suas tendências e costumes para bem as dirigir no caminho da virtude, de que há de ser a primeira lição o exemplo e a pureza da nossa vida. (Silva 1903:v-vi).

Este tipo de estudos e traduções eram mandatados pelas autoridades religiosas que geriam as missões timorenses, o que fica demonstrado com frequência nas dedicatórias e notas introdutórias que as abrem. De entre os dirigentes eclesiásticos que, nestas obras, surgem mencionados como catalisadores dos esforços de descrição linguística e tradução em Timor, pontuam de forma especial os de António Joaquim de Medeiros, José Manuel de Carvalho, João Paulino de Azevedo e Castro e ainda João Lopes. Repare-se, a este propósito, no que atrás ficou dito acerca do processo de preparação do *Diccionario Portuguez-Galoli* de Alves da Silva; veja-se ainda, por exemplo, o que diz Aparício da Silva no texto com o qual dedica o seu *Catecismo da doutrina christã em Tétum* a D. António Joaquim de Medeiros, Bispo de Macau e Timor:

Sendo eu um humilde missionário de Timor, foi V. Ex.^a R.^{ma}, quando Vigario Geral e Superior das missões d’aquella ilha, que me moveu a publicar alguns apontamentos que eu

¹⁴ Ver Nota 6.

¹⁵ A única excepção é a *Cartilha-Tetun* de Mendes Laranjeira, que, apesar disso, aí teve mais tarde a sua reimpressão. O facto de esta obra ter sido originalmente publicada pela Imprensa Nacional, em Dili, prender-se-á, como atrás discutimos, com o envolvimento do governador Filomeno da Câmara na sua produção e difusão.

tinha sobre *tétum* e um catecismo na mesma língua; [...] além da obediência que devo a V. Ex.^a R.^{ma}, levou-me a este commettimento o desejo que nutro de alguma coisa fazer em prol d’aquelles povos com quem vivi por alguns annos. (Silva 1885:1-4).

Esta obra inclui ainda uma resposta do bispo bem reveladora do valor estratégico que atribuía ao conhecimento das línguas timorenses:

Acceito o que deseja que acceite, porque é com verdadeira emoção que eu vejo os primeiros fructos d’um trabalho a que V. Rev.^{ma} se votou dedicadamente ha mais de oito annos, que eu reputo de grande valor para a civilização dos povos malasios da nossa colonia de Timor, sabendo por experiencia, que recebem mais ideias d’uma pratica em lingua do paiz, que de muitas palestras no algarviado portuguez d’aquelle paiz. [...]

Concluido o dictionario da lingua *tétum*, proposito que a má vontade ou indifferença d’algumas pessoas não quebraram, terá V. Rev.^{ma} feito o mais relevante serviço ás nossas missões, porque o sacerdote novamente chegado a Timor, podendo manusear o catecismo em língua do paiz e um dictionario que lhe sirva de interprete, terá os elementos necessários para ser bom missionario logo nos primeiros seis mezes.

E digo bom missionario, porque o sacerdote que não tem cuidado de aprender immediatamente a lingua dos povos que missiona, será tudo que quizerem, mas não *bom missionário*.

V. Rev.^{ma} bem vê por este meu pensar, que de mais conhece ser o de sempre, em que alto apreço eu tenho os seus trabalhos linguisticos, a que se tem entregado para ser util á Egreja e á Patria. (Silva 1885:7-9).

Estas palavras, escritas em 1885, são interessantes a vários níveis, não apenas porque revelam a sua convicção de que o conhecimento das línguas timorenses faria avançar grandemente a missão de evangelização, mas também porque referem que esta actividade teve de prevalecer sobre “a má vontade ou indifferença d’algumas pessoas”. Sem dados mais concretos do que isto, é impossível saber com certeza a quem se dirigia a crítica. Contudo, é provável que estes entraves fossem colocados pelas autoridades civis em Timor, como adiante discutiremos, já que este foi um período de acesa críspação entre estas e os missionários.

As obras que se situam no campo secular têm por autores pessoas que, em Timor, desempenharam funções militares e administrativas e, ao contrário das obras dos missionários, não foram dadas à estampa em Macau mas sim em Portugal. A obra de Rafael das Dores, paradigmática desta classe de publicações, já nos deu ocasião de discutir o envolvimento de alguns dos mais influentes filólogos portugueses da altura, José Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana. O trabalho de António de Magalhães, por outro lado, insere-se num esforço relacionado (mas um pouco diferente) de descrição antropológica das populações timorenses e suas vizinhas, com um evidente pendor diacrónico que buscava reconstituir as movimentações históricas dessas populações e a ocupação do espaço.

Percebe-se aqui, portanto, uma intenção de contribuir para linhas de investigação prevalentes na academia (europeia) da altura. Uma questão recorrente nestes estudos

filológicos e antropológicos, e também, de forma geral, na linguística europeia da transição do século, é a do estabelecimento de taxonomias filogenéticas. No caso das línguas de Timor, neste período, foi António de Magalhães que deu os contributos mais significativos para esta questão, ainda que outros autores (como Rafael das Dores e Alberto Osório de Castro) tenham feito observações relevantes a esse propósito. Apesar disto, bastante mais tarde, em 1968, Frederico José Hopffer Rêgo (1958:61) viria ainda a lamentar “quão magro tem sido até hoje o resultado de quaisquer estudos efectuados no Timor Português” para o conhecimento da sua diversidade linguística e estabelecimento de taxonomias fundamentadas. A investigação científica em territórios colonizados era muitas vezes encarada como um desígnio nacional e até matéria de prestígio ou desprestígio. A título de exemplo, veja-se a reacção de António Rêgo, em 1949, à publicação do estudo de Arthur Cappel sobre a filogenia das línguas timorenses:

Quer dizer: é preciso esclarecer a questão. Preciso e urgente. O estudo etnológico e linguístico das populações de Timor Português é uma questão de honra e de decoro nacionais. Não devemos deixá-lo a estrangeiros. (Corrêa 1949)

Ora, ao interesse puramente científico alia-se muitas vezes o propósito de contribuir para uma administração colonial eficaz. No período em apreço, era comum o apelo a um tipo de administração colonial baseada num conhecimento aprofundado dos territórios e populações coloniais, com vista ao seu desenvolvimento e eficaz controlo. Entende-se, nesta perspectiva, a proposta feita pela *Sociedade de Geografia de Lisboa*, pouco depois da sua fundação, para a criação de um “Curso colonial portuguez” em Lisboa que aprofundasse o conhecimento das populações dos territórios coloniais, com grande ênfase na:

[...] necessidade sentida do conhecimento das principais linguas indigenas das nossas possessões ultramarinas e dos territorios circumvisinhos para que firmemos e estendamos o nosso dominio. (S.G.L. 1878).

Apesar de este projecto concreto não mencionar Timor, o tétum figurava já numa revisão feita por Guilherme de Vasconcelos Abreu em 1890. De resto, outros autores advogaram também para Timor uma intervenção assente no conhecimento aprofundado do seu contexto – uma visão que Osório de Castro designa como *colonização científica*:

E hoje a obra de colonisação ou é científica, ou não é nada, ou, quando muito, uma tão só miseravel exploração das populações primitivas. (Castro 1908:199).

Com efeito, a diversidade linguística de Timor e a limitada difusão do português apresentavam desafios reais para o funcionamento das instituições coloniais no

terreno, que poderiam ser minimizados com um conhecimento mais profundo das línguas locais. Osório de Castro é particularmente eloquente a este respeito, quando afirma que “por vezes, é no Tribunal de Timor um problema a nomeação de interprete, pois as linguas falladas no territorio são em regra incomprehensíveis de uma região para outra” (Castro 1908:189); intérpretes esses que, de acordo com Abílio Fernandes (1937:3-4), “com fins interesseiros, como por vezes sucede, ou porque não compreendem bem o português, apresentam com cores diametralmente opostas à realidade” os litígios que eram chamados a intermediar.

A importância do ensino das línguas para a administração colonial fica particularmente clara no trabalho e no percurso de Garcez de Lencastre, que advoga a inclusão de um curso de tétum no currículo da Escola Superior Colonial; e é ainda evidente no despacho de 1915 do governador Filomeno da Câmara (ver secção 2.2.5.), onde se delinea um método de instrução primária tendencialmente trilingue destinado a promover 1) o conhecimento do português e 2) a difusão do tétum pelo território. Neste período, contudo, a educação em Timor Português era assegurada principalmente pelos missionários, o que levanta a questão das relações de simbiose ou conflito entre as agendas religiosa e secular que produziram as primeiras descrições das línguas da região.

3.2 Colaboração e conflito

A relação entre os missionários e a administração civil de Timor foi errática, no período em apreço. Ainda que se reconheçam momentos de colaboração – nomeadamente no desenvolvimento do ensino no território –, encontram-se também indicadores de crispação e desconfiança mútua. Em 1834, a Revolução Liberal em Portugal e, em particular, a acção de Joaquim António de Aguiar, expulsara as ordens religiosas das colónias, ainda que houvesse divergências entre os actores políticos portugueses acerca do papel que caberia aos religiosos nesses territórios. Afonso de Castro, governador de Timor entre 1858 e 1861 (Lencastre 1929), revelaria mais tarde a complexidade desse debate ao escrever:

No interesse da religião e no da nossa soberania o pessoal ecclesiastico em Timor deve ser augmentado, parecendo-nos, que se carece de oito missionários para acudir ás necessidades d’aquelles povos. Mas por grande que seja a vontade dos poderes publicos, ficará impotente para realisar o bem, se não houver obreiros de tão santa obra. Para isto cremos que haveria um remedio, *mas é tão contrario á torrente da opinião, que quasi não nos atrevemos a dizel-o*: o remedio seria talvez a creação de ordens monasticas destinadas ás missões longinquas. Os seminarios de missões são tambem um meio, porém menos efficaz do que o outro, que tem produzido optimos resultados em França. (Castro 1867:400; sem itálico no original).

Os missionários goeses que foram autorizados a operar em Timor após este momento de ruptura eram pouco numerosos e suscitaram críticas por parte das autoridades

administrativas. O governador Hugo de Lacerda, numa carta de 1877, descreve-os como “três, devassos mandriões e ignorantes, padres de Goa”.¹⁶ Estas palavras poderão parecer surpreendentes se considerarmos que neste grupo de missionários goeses se incluía o Padre Luís Xavier de Mesquita, que, como vimos, cedeu a Rafael das Dores os seus apontamentos sobre o tétum, e a quem este se refere elogiosamente nos seguintes termos:

[...] sendo-me então graciosamente oferecidos bastantes apontamentos, pelo reverendo padre Mesquita, superior da missão catholica, índio muito intelligente e instruido, que posteriormente foi perseguido, para dar logar ao estabelecimento da missão dos europeus ordenados em Sernache de Bom Jardim, sem duvida mais instruidos que os missionarios de Gôa. (Dores 1907:2).

Curiosamente, há outras sugestões de que o Padre Mesquita tenha sido excepcional entre os seus pares, louvor feito, inclusivamente, pelos que os vieram substituir. Na breve história das missões de Timor que Abílio Fernandes publica em 1931, esta transição é descrita do seguinte modo:

Os arcebispos enviaram então alguns missionários indianos. Êstes, poucos e sem vigilância do seu prelado, num meio dissolvente e, para mais, isolados, sem meios espirituais, em breve esmoreceram, decaíram e, por consequência, a sua acção tornou-se não só nula, mas até prejudicial.

Pede, porém, a justiça que se faça excepção honrosa do Padre Luís Xavier de Mesquita que muito se distinguiu como Superior da Missão, merecendo pelos seus serviços ser agraciado por Sua Majestade com o grau de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, “pelos louváveis serviços prestados à Igreja e ao Estado no exercício e prática de muitos actos próprios de um missionário,” conforme se lê no Diário do Govêrno de 8 de Junho de 1874.

Desde 1834 a 1874 a vida da missão passa assim apagada, cheia de tristeza... (Fernandes 1931:35-36).

Ora, apesar de virem resolver uma situação considerada crítica, a coexistência entre os recém-chegados missionários de Cernache do Bonjardim e os administradores coloniais não foi pacífica. Com efeito, o período inicial da acção destes missionários em Timor, com o seu pendor interventivo e ocasionalmente intolerante, levou a acesos conflitos com a aristocracia timorense e, consequentemente, com as autoridades coloniais. Roque (2009/2010; 2010) relata um caso particularmente significativo, referente ao julgamento de um régulo timorense, D. Manuel Salvador dos Remédios, por ter movido guerra às autoridades coloniais naquela que ficou conhecida como a *Guerra de Laleia* (1878-1881). Neste julgamento, onde se debatia

¹⁶ Carta do ex-Governador do Distrito Hugo de Lacerda ao Conselheiro João de Andrade Corvo, Ministro da Marinha e Ultramar. Manuscrito datado de 22 Novembro de 1877, guardado no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), ref. ACL_SEMU_DGU_005_Cx 46.

a responsabilidade pelo conflito, os missionários acusaram o régulo, denunciando o que entendiam ser perversões morais (em particular, relativas ao matrimónio), ao passo que o régulo justificou a guerra como uma reacção à violenta intervenção dos missionários no seu território, desestabilizadora da cultura do seu povo e, como tal, da sua própria autoridade. Neste braço-de-ferro, D. Remédios foi absolvido, expondo uma incompatibilidade entre as agendas civilizadoras dos missionários e dos administradores coloniais e inaugurando um período de aberta hostilidade. Neste ambiente de crispação, os missionários em Timor acusam militares e demais administradores seculares de sabotarem as suas actividades. Em 1881, o superior da missão chega a pedir ao bispo de Macau, em carta que lhe endereça, que permita aos missionários abandonarem Timor e regressarem a Portugal (Roque 2012).

É, portanto, num ambiente de hostilidade que se enquadram os primeiros esforços de documentação linguística, nomeadamente com o trabalho de Sebastião Maria Aparício da Silva, Manuel Maria Alves da Silva e Rafael das Dores. Recordemos, a este propósito, a alusão feita por António de Medeiros, à data bispo de Macau, à “má vontade ou indiferença d’algumas pessoas” (ver 3.1.). Mais tarde, a Revolução Republicana de 1910 em Portugal viria a constituir um novo momento de ruptura entre o poder político e religioso, com consequências em Timor. Aliás, um pouco antes, em 1908, Alberto Osório de Castro faz uma avaliação da operação dos missionários plena de desconfiança e reveladora de um certo distanciamento destes em relação à estrutura administrativa colonial:

E que fazem as Missões catholicas? Não deveriam em um Boletim expor a sua obra? Que admiravel, afinal, em comparação, a obra africana dos illustrados Padres do Espirito Santo! Segue a, como me dizem, a Missão de Soibada? Oxalá. (Castro 1908:199).

No clima de anticlericalismo que caracterizou o novo regime republicano, a actividade missionária foi drasticamente reduzida e, a partir desse momento, a posição dos religiosos em Timor tornou-se bastante mais frágil e subalterna (Rosa 2012). Contudo, a relação entre missionários e a estrutura administrativa parece normalizada em 1915, quando se dá a significativa colaboração entre o governador Filomeno da Câmara e o missionário Mendes Laranjeira para introduzir no sistema educativo material didáctico em tétum, como atrás descrito.

O desenvolvimento de um regime ditatorial em Portugal, a partir do golpe de 1926, veio temperar o sentimento anticlerical e reforçou o estatuto das missões religiosas no território colonial português. Isto não impediu, contudo, que Teófilo Duarte, governador de Timor em 1927 e 1928 (Barreto s.d.), publicasse em 1930 uma descrição pouco abonatória da actividade missionária no terreno. É este facto que motiva, logo no ano seguinte, o surgimento da obra polémica do Padre Abílio José Fernandes, cujo título inclui a evocativa expressão “*refutação dalgumas falsidades contra elas caluniosamente afirmadas por um ex-governador de Timor*” (Fernandes

1931) e onde se faz uma enérgica apologia da acção dos missionários em Timor. Em grande medida, esta resenha histórica das missões católicas parece dedicada a enfatizar a longa ligação dos missionários a Timor-Leste e, mais ainda, o seu conhecimento do terreno e das populações. Nesta linha de argumentação, o conhecimento do panorama linguístico timorense é frequentemente pedra de arremesso; entre várias críticas ao texto de Teófilo Duarte, Fernandes inclui a seguinte:

Teófilo Duarte, a páginas 123 do seu Timor, afirma enfaticamente: ‘Dialectos contam-se mais de 20’.

S. Exa. não faz questão de números... O facto é que só se conhecem os seguintes: tétum, galóli, idaté, macassai, huaimá, dagadá, midíc, naumíc, nauete, búnac, vaiqueno, manbáe, tucudéd, kêmac e lacalei, isto é, 15. Pena é que S. Exa. não os tivesse enumerado todos para instrução dos ignorantes... (Fernandes 1931:19-20)

Mas não é esta a única passagem em que o conhecimento linguístico dos missionários é chamado a defender a sua posição em Timor: entre os dados apresentados por Abílio Fernandes, figura também uma lista das “Obras publicadas pelos missionários de Timor”, incluindo manuscritos inéditos (Fernandes 1931:123-124), uma boa parte das quais se refere às obras de natureza linguística de que aqui nos ocupamos.

Apesar do papel essencial dos missionários em Timor, nomeadamente no domínio educativo, há indicações de que persistiu o escrutínio das suas actividades por parte da sociedade civil. Um exemplo de desconfiança, desta feita referente às práticas pedagógicas dos missionários, pode entrever-se num relatório (parcialmente reproduzido em Nunes 1935) enviado ao Ministro das Colónias por D. José da Costa Nunes, bispo de Macau e Timor, na sequência da sua visita às missões de Timor. Após descrever o papel dos missionários no campo educativo, afirma:

Bem sei que não têm faltado experiências tendentes a provar que a acção escolar das missões é deficiente e errada. Naufragaram e sempre naufragarão, à falta de uma base sólida. Educar um timorense não é o mesmo que educar uma criança europeia. Entre nós, a obra educativa começa sobre os joelhos maternos; em Timor, tal não sucede. A criança vai crescendo ao sabor da natureza, sem ninguém que a corrija ou contrarie. Está-se a ver o resultado. Ora ensinar tais crianças sem lhes afeiçoar a alma – e só a religião o sabe fazer – pode ser mesmo um perigo, porque é fornecer-lhes armas, que mais tarde serão utilizadas pelos seus maus instintos, jamais contrariados. É por isso que nas escolas nossas, a-par-da instrução, se ministra uma educação com base religiosa. É por isso que lá se reza, saltando por cima de críticas de pedagogos improvisados. É por isso que as nossas escolas, materialmente modestas muitas delas, não receiam confrontos e, sobretudo, têm a consciência de estar a fazer obra construtiva, sob o ponto de vista educativo, religioso, civilizador e nacional. (Nunes 1935:154).

Nesta apologia do modelo de ensino religioso, o bispo não apenas revela a natureza das críticas de que eram alvo as escolas das missões, como faz apelo ao tópos

recorrente do profundo conhecimento que os missionários tinham da terra e das suas gentes, posto em contraponto à inexperiência ou desconhecimento dos críticos. Este argumento, para o qual é relevante o conhecimento linguístico acumulado pelos missionários, haveria de ser repetido mais vezes. Com efeito, encontramos a mesma atitude num artigo mais tardio, escrito pelo Padre Ernesto Domingues em 1947, que tem por objectivo precisamente fazer uma resenha da bibliografia produzida até à data sobre as línguas timorenses. Ainda que a relação seja bastante completa, Domingues é rápido a desvalorizar as obras de agentes seculares e a realçar que quase toda a produção em e sobre línguas indígenas é da responsabilidade de missionários ou acusa o seu envolvimento:

Em conclusão: de onze trabalhos impressos em tétum, nove pertencem a missionários católicos; dos outros dois, o *Vocabulário* do Exército português deve considerar-se resumo do *Método* do P.^o Abílio Fernandes, e o *Dicionário* de Rafael das Dores, como o próprio autor o confessa, recebeu de um missionário boa cópia de elementos. (Domingues 1947:148).

4. Considerações finais

Ainda que a produção de obras linguísticas de natureza descritiva em e sobre Timor-Leste tenha tido um início comparativamente tardio, revelou-se substancial na transição dos sécs. XIX e XX (não obstante o facto de registar apenas uma parte da diversidade linguística do território). As obras que aqui estudámos são hoje de grande interesse para quem se ocupa da diacronia das línguas timorenses que nelas figuram mas, porventura em consequência das circunstâncias política, social e académica em que foram produzidas, o seu impacto imediato foi relativamente limitado. No contexto timorense, parecem ter circulado sobretudo as obras compostas pelos missionários, que as utilizavam no terreno para tarefas de missionação e alfabetização. É interessante perceber até que ponto os autores das diversas obras demonstram conhecer ou dar crédito aos seus predecessores.

Na nossa discussão, notámos que, entre os missionários (a começar no pioneiro Aparício da Silva), era frequente manifestar o desejo de que as suas descrições viessem a ser replicadas para outras línguas. Vimos também, em particular na discussão da *Grammatica Galoli* de Alves da Silva, que essa polinização se verificou, já que, neste caso, o autor tomou o trabalho de Aparício da Silva como modelo para a sua própria gramática.

Também Rafael das Dores conta ter tido acesso ao anterior dicionário de Aparício da Silva quando o seu próprio trabalho estava já em andamento, e a análise lexical que inclui no seu dicionário revela tê-lo levado em conta. Contudo, em obras posteriores da autoria de missionários, o dicionário de Rafael das Dores é muitas vezes ignorado. É este o caso de Mendes Laranjeira na sua *Cartilha-Tétun*. O autor

inclui uma relação de obras em tétum, entre as quais inclui o dicionário de Aparício da Silva e traduções de obras litúrgicas, mas não refere o dicionário de Dores. O real significado desta ausência não é fácil de aferir: tanto pode ficar a dever-se a uma limitada circulação do dicionário de Dores em Timor, como à competição latente entre agentes religiosos e seculares que tratámos na secção anterior.

Um outro caso significativo de polinização, exclusivamente interno à comunidade de missionários, refere-se às opções ortográficas de Abílio Fernandes no seu *Método prático para aprender o Tétum*. Fernandes revela nas palavras introdutórias ter recebido o *Dicionário Tétum-Português* de Manuel Patrício Mendes e Manuel Mendes Laranjeira, publicado dois anos antes do seu, e, em consequência, ter revisto o seu próprio manuscrito no sentido de adoptar a ortografia definida pelos predecessores. Para além desta obra de Mendes e Laranjeira, Abílio Fernandes revela ainda ter consultado o dicionário de Aparício da Silva e a *Cartilha-Tétun* de Mendes Laranjeira – mas, mais uma vez, omite qualquer referência ao trabalho de Dores ou a qualquer outro autor da ala secular.

Estes factos revelam que, no contexto timorense, se verificou alguma dinâmica de acumulação progressiva do conhecimento linguístico, ainda que no processo algumas referências anteriores fossem (selectivamente) ignoradas. Fora dos circuitos timorense e português, a situação foi diferente. É sintomático que Capell, que em 1944 publicou um estudo influente sobre as populações e línguas de Timor e revela ter algum acesso a fontes portuguesas – ex. Castro (1908) e Martinho (1943) –, não lhes faça qualquer referência. Aliás, conta ainda que, ao contrário do que aconteceu com as línguas de Timor Neerlandês, para as da porção portuguesa não recorreu a qualquer fonte impressa, sendo que o material apresentado “rests entirely on personal observation” (Capell 1944:311). A recolha de dados para este estudo comparativo foi feita em 1943 entre um grupo de cerca de 500 refugiados timorenses a residir na Austrália por força da ocupação japonesa de Timor-Leste (Capell 1944:11). Na realidade, ainda que Capell tivesse conseguido consultar as descrições linguísticas que atrás descrevemos, tal não teria tornado desnecessária a recolha adicional de dados, já que esses estudos contemplavam apenas uma pequena subsecção do reportório linguístico de Timor-Leste. Contudo, a falta de acesso às obras terá sido, neste caso, o principal obstáculo; com efeito, ao fazer referência às obras consultadas para a secção antropológica do estudo, Capell observa que nem todas eram “obtainable in Australia, especially those in Portuguese” (Capell 1944:218).

Assim, podemos concluir que, a curto prazo, as obras de cariz linguístico que nos ocupam tiveram um impacto muito reduzido no panorama linguístico extra-timorense e extra-português. Para além disso, como nos indica António Corrêa (1949; v. secção 2), as propostas taxonómicas de Capell viriam a ser tomadas como referência até entre os estudiosos portugueses do pós-guerra, de algum modo ofuscando os contributos anteriores que aqui estudámos. O real impacto destas obras pioneiras no

desenvolvimento posterior do conhecimento linguístico de Timor-Leste cai fora do escopo deste trabalho; mas é justo, como aqui se tentou fazer, confirmar a sua importância no período em que foram produzidas e para a história da etnografia deste país, bem como apelar a uma reapreciação dos seus conteúdos pelos actuais investigadores da sincronia e diacronia das línguas de Timor-Leste.

Referências

- Anónimo (s.d.), *Vocabulário português-tétun*. Lisboa: Livraria Fernandes.
- Abreu, Guilherme de Vasconcelos (1890), “O Instituto Oriental e Ultramarino Português; Ideias sucintas acerca da sua criação”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 9ª série, vols. 10-11:509-545.
- Barreto, Madalena (s.d.), “Teófilo Duarte”, in Roque, Ricardo (ed.), *History and Anthropology of “Portuguese Timor”, 1850-1975. An Online Dictionary of Biographies*. Recurso online: <http://www.historyanthropologytimor.org/> [acesso 25.03.2013].
- Baxter, Alan N. (1990), “Notes on the Creole Portuguese of Bidau, East Timor”, *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 5(1):1-38.
- Baxter, Alan N. & Hugo C. Cardoso (2017), “Early notices regarding Creole Portuguese in former Portuguese Timor”, *Journal of Language Contact* 10(2): 264-317.
- Campos, Porfírio (s.d.), *Dicionário ideológico universal das línguas de Timor*, inédito.
- Capell, Arthur (1944), “Peoples and languages of Timor”, *Oceania*, 14(3):191-219; 14(4):311-337; 15(1):19-48.
- Cardoso, Hugo C. (2016), “O português em contacto na Ásia e no Pacífico”, in Martins, Ana Maria & Ernestina Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim: Mouton de Gruyter, 68-97.
- Cardoso, Hugo C. & Silvio Moreira de Sousa (2015), “A correspondência entre José dos Santos Vaquinhas e Hugo Schuchardt”, in Hurch, Bernhard (ed.), *Hugo Schuchardt Archiv*. Recurso online: <http://schuchardt.uni-graz.at/id/person/1411> [acesso 24.05.2017].
- Castro Afonso de (1867), *As possessões portuguesas na Oceânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Castro, Alberto Osório de (1908), *Flores de coral; Últimos poemas*. Dili: Imprensa Nacional.
- Castro, Alberto Osório de (1943), *A ilha verde e vermelha de Timor*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Corrêa, António Augusto Mendes (1944), *Timor Português: Contribuições para o seu estudo antropológico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Corrêa, António Augusto Mendes (1949), “Línguas de Timor”, *Revista do Ultramar*, 2(15):18 [reimpressão: (1950), *Boletim Geral das Colónias*, 26(298):191-192].
- Domingues, Ernesto (1947), “Línguas de Timor: Nótulas bibliográficas”, *Portugal em África*, 4(21):144-151.
- Dores, Rafael das (1901), “Apontamentos Para um Dicionário Corográfico de Timor”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19ª série, vols. 7/8/9/10/11/12.
- Dores, Rafael das (1904), “Dicionário de Teto”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 22, nº 2/3.
- Dores, Rafael das (1907), *Diccionario Teto-Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Duarte, Teófilo (1930), *Timor (Antecâmara do Inferno)*. Famalicão: Tipografia Minerva
- Fernandes, Abílio José (1931), *Esbôço histórico e do estado actual das missões de Timor e refutação dalgumas falsidades contra elas caluniosamente afirmadas por um ex-governador de Timor*. Macau: Tipografia Mercantil.
- Fernandes, Abílio José (1937), *Método prático para aprender o Tétum*. Macau: Escola Tipográfica do Orfanato de Macau.
- Fernandes, António Grebaldo da Conceição (s.d.), *Dicionário Português-Tétum-Búnac-Quémac*. Inédito.
- Fernandes, Francisco M. (2011), *Radiografia de Timor Lorosae*. Macau: Saint Joseph Academic Press.
- Forbes, Henry O. Forbes (1884), “On Some of the Tribes of Timor”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 13:402-431.
- Forbes, Henry O. (1885), *A Naturalist’s Wanderings in the Eastern Archipelago*. London: Marston & Co.
- Garcia, José Luís Lima (2007), “A propaganda colonial no início do Estado Novo: a acção do agente geral das colónias Júlio Garcez de Lencastre (1932-1934)”, *Estudos do Século XX*, 7:229-239.
- Hull, Geoffrey (1998), “The languages of Timor 1772-1997: A literature review”, *Studies in languages and cultures of East Timor*, 1: 1-38.
- Laranjeira, Manuel Mendes (1916), *Cartilha-Tetun*. Díli: Imprensa Nacional [reimpressão: Macau, 1932]).
- Lencastre, Júlio Garcez de (1929), “Algumas regras gramaticais da língua Tétum e vocabulário”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 5(54):82-92.
- Lencastre, Júlio Garcez de (1929), “Lista dos Governadores de Timor e data de posse (1701 a 1926)”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 5(54):112-114.
- Magalhães, António Leite (1918), “A ilha de Ataúro; Notícia sôbre a ilha e seus habitantes”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 36ª série, vols. 1-3:53-70; vols. 4-6:164-178.

- Magalhães, António Leite de (1920), “Subsídios para o estudo etnológico de Timor”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 1(2):37-65.
- Martinho, José Simões (1943), *Timor: Quatro séculos de colonização portuguesa*. Porto: Livraria Progredior.
- Mendes, Manuel Patrício & Manuel Mendes Laranjeira (1935), *Dicionário Tétum-Português*. Macau: N.T. Fernandes & Filhos.
- Nunes, José da Costa (1935), “Missões de Timor”, *Boletim Geral das Colónias*, 11(115):152-159.
- Pereira, Manuel Martins (c. 1903), *Vocabulário em tucodede*. Inédito.
- Rêgo, Francisco José Hopffer (1958), “Situação linguística de Timor”, in Moreira, Adriano (ed.), *Colóquios sobre as províncias do Oriente*, vol. 1. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 61.
- Roque, Ricardo (2009/2010), “A Missão em guerra: a história oculta da colecção de crânios de Timor da Universidade de Coimbra”, *Antropologia Portuguesa*, 26/27:259-283.
- Roque, Ricardo (2010), *Headhunting and colonialism: Anthropology and the circulation of human skulls in the Portuguese empire, 1870-1930*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Roque, Ricardo (2012), “Marriage traps: colonial interactions with indigenous marriage ties in East Timor”, in Bethencourt, Francisco & Adrian J. Pearce (eds.), *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. Londres: Oxford University Press, 203-225.
- Rosa, Frederico Delgado (2012), “Missionary endeavours and colonial ethnographies in East Timor (1910-1926)”, comunicação apresentada no painel New Histories of Anthropology: the Hidden Emotions of Colonial Ethnography, 10th International SIEF Congress *People Make Places. Ways of Feeling the World*, Lisboa; versão de Janeiro 2012, recurso online: <http://www.historyanthropologytimor.org> [acesso 18.04.2014].
- Rosa, Frederico Delgado (s.d.), “Sebastião Aparício da Silva”, in Roque, Ricardo (ed.), *History and Anthropology of “Portuguese Timor”, 1850-1975. An Online Dictionary of Biographies*. Recurso online: <http://www.historyanthropologytimor.org/> [acesso 02.12.2013].
- Silva, Manuel Maria Alves da (1900), *Noções de Grammatica Galoli, Dialecto de Timor*. Macau: Tipografia do Seminário S. José.
- Silva, Manuel Maria Alves da (1903), *Catecismo da doutrina christã em Portuguez e Galoli*. Macau: Typ. Noronha & Ca.
- Silva, Manuel Maria Alves da (1905), *Diccionario Portuguez-Galoli*. Macau: Tipografia Mercantil.

- Silva, Sebastião M. Aparício da (1885), *Catecismo da doutrina christã em Tétum*. Macau: Tipografia do Seminário.
- Silva, Sebastião M. Aparício da (1889), *Diccionario Portuguez-Tétum*. Macau: Tipografia do Seminário.
- Sociedade de Geografia de Lisboa (1878), “Curso colonial portuguez; Projecto aprovado em sessão da Sociedade de Geographia de Lisboa de 18 de Março de 1878”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 1ª série, vol. 3:196-203.
- Vaquinhas, José dos Santos (1885), “Timor”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 5ª série, vol. 1:61-64.
- Zwartjes, Otto (2001), *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins.